Ata da **Plenária Extraordinária nº. 460** do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS, **realizada em 12 de novembro de 2019.**

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de novembro de dois mil e dezenove, deu-se início à Plenária Extraordinária nº 460 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS, realizada no Auditório da Divisão da Criança e do Adolescente – DCA, Av. Augusto de Carvalho, n° 2000, nesta capital, coordenada pela Presidente Lúcia Flesch, estando presentes os (as) Conselheiros(as): Sônia Maria Dall'Igna (DPGV/PC), Shamir Haim e Maria da Graça Malaguez (FERGS), Charles Roberto Pranke (AMENCAR), Mara Maria Valandr (SEDUC), Lisiane dos Santos (UBEA), Simone Romanenco (SEC), Elser Quintana (Federação – ACPM), Agnaldo Engel Knevitz (CRESSRS), Cláudia Alfama (FADERS), Caroline Sérgio (OAB/RS), Elisandra Moreira (FUNDAÇÃO PROTEÇÃO), Marta Gomes (FASE/RS), Lúcia Flesch (USBEE/RS), Marcelo da Silva (FEAPAES/RS) e Cleci Martins (SES). **Justificaram Ausência:** PACRI, Pastoral do Menor/CNBB, DPE, SJCDH e BM. **Presente também:** Jussara de Assis (COEPEDE/RS). A presidente Lúcia iniciou agradecendo a Delegada Sônia pela acolhida em disponibilizar o auditório do DCA para realização da plenária. Foi informado que a vice-presidente Ivonete não estará presente na plenária, pois está em agenda pelo Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis – DPGV em Arroio do Tigre. **Situação do reordenamento da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul – FUNDAÇÃO PROTEÇÃO:** Lúcia informou que o estudo das comissões foi realizado somente pelo dossiê encaminhado pela Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e Seguridade Social, pois o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/RS não encaminhou seu parecer, conforme acordado na plenária n° 459/19 do CEDICA/RS. Foi comunicado que o CEDICA recebeu e-mails com manifestos e denúncias sobre a situação do FUNDAÇÃO PROTEÇÃO e que os mesmos foram encaminhados aos conselheiros para conhecimento. Lúcia solicitou que a presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE, Jussara de Assis fizesse um relato sobre as demandas que o conselho recebeu sobre esta pauta. Jussara informou que na plenária de setembro do conselho já haviam notícias sobre o assunto, porém não eram oficiais. Informou também que receberam manifestos do Conselho Regional de Psicologia – CRPRS, da APAE de Porto Alegre de servidores da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Relatou que o COEPEDE realizou uma nota manifestando que a institucionalização vai contra a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), porém somente os órgãos da sociedade civil assinaram. Comunicou que o Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos Catarina Paladini realizou entrevistas informando que os conselhos nunca realizaram visitas na FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Jussara questionou está fala, informando que quando foi conselheira do CEDICA realizou visitas com a comissão de acompanhamento da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Relatou que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos deveria ter dialogado com os conselhos. O COEPEDE irá chamar o Secretário Catarina Paladini e a Procuradora de Justiça Angela Rotunno para uma reunião. Lúcia informou que o CEDICA ainda não recebeu os relatórios solicitadas a FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. A conselheira Elisandra informou que os relatórios serão enviados até o final do dia. O conselheiro Charles informou que a Lei de criação da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO, deixa esclarecido que a fundação deveria estar ligada a Secretaria de Assistência Social. O conselheiro Agnaldo contribuiu informando que

não houve alteração nesta legislação, somente no decreto que altera a estrutura administrativa. Relatou também que em entrevista o Secretário Catarina informou que o Estado assumirá por 6 meses e após o serviço será municipalizado. A conselheira Mara considerou importante a participação do CEDICA na reunião que o COEPEDE irá chamar. **Parecer das Comissões:** Comissão de Políticas Públicas: os conselheiros sugeriram que fossem realizadas visitas técnicas nas unidades da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO e que a SJCDH fosse orientada a retornar a FUNDAÇÃO PROTEÇÃO para a pasta da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social – STAS. Solicitaram os relatórios de atividades e Plano de ação para 2020, incluindo o programa de 120 vagas do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS – FASE/RS. Solicitaram comprovante de inscrição municipal da clínica Libertad na vigilância sanitária e na fazenda. Cobrar do Estado a construção de casas Inclusivas e Terapêuticas; Comissão de Articulação e Mobilização: os integrantes sugeriram a solicitação de rompimento imediato do contrato com a clínica. Colocar prazo para a FUNDAÇÃO PROTEÇÃO apresentar proposta de reordenamento na linha de Residências Inclusivas. A conselheira Lisiane relatou que o município de Porto Alegre não tem como assumir o serviço neste momento e que a municipalização tem que ser retomada futuramente, o Estado precisa ser responsabilizado. A Conselheira Simone relatou que não há um trabalho integrado, há uma fragmentação da política e que o CEDICA não dialoga com a Política de Proteção Social. Lúcia discordou com a fala da conselheira e informou que foi o CEDICA que articulou e realizou o resgate histórico do Plano de Convivência Familiar e Comunitária. Ressaltou a falta de participação de alguns órgãos que compõem o conselho; Comissão de Medidas Socioeducativas e de Proteção: Informou que não conseguiram se reunir para construir o parecer. Comissão de Legislação e Normas: A conselheira Lisiane informou que está aguardando o parecer jurídico da conselheira Verônica que não conseguiu estar presente na plenária. Sugeriu que o CEDICA provocasse o que será realizado com os adolescentes que irão completar 18 anos; Comissão de Orçamento e Fundos: Agnaldo informou que a conselheira Juçara está como fiscal da clínica Libertad e que não conseguiram avançar na construção do parecer. A conselheira Caroline informou que realizou uma pesquisa sobre o assunto e sugeriu que o CEDICA convidasse a Promotora Liliane Dreyer da Silva Pastoriz para uma reunião, pois a mesma vem acompanhando a transferência dos institucionalizados. Agnaldo informou que a Promotora está à frente do processo desde 2014. A conselheira Cláudia sugeriu que a Lei Brasileira de Inclusão fosse citada nos pareceres das Comissões. Lúcia sugeriu 4 encaminhamentos, a partir dos pareceres apresentados pelas comissões: 1° Realizar nota técnica em parceria com os demais conselhos envolvidos; 2° Realizar fórum de discussão sobre o Acolhimento Institucional no RS; 3° Realizar moção conjunta com os demais conselhos na Conferência Estadual de Assistência Social; 4° Participar da reunião que o COEPEDE irá agendar com o Secretário e Procuradora. Simone sugeriu realizar uma linha histórica do CEDICA, para demonstrar que o conselho está acompanhando e se manifestando historicamente sobre os assuntos relacionados a FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Encaminhamentos aprovados por unanimidade. Mara informou que o CEAS irá realizar fala na mesa de abertura da Conferência sobre a situação da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO e que a moção será bem-vinda. Lisiane informou que não será possível

realizar o seminário programado para o dia 10 de dezembro, na PUCRS, por questões internas da instituição. Lúcia sugeriu que o seminário orientador sobre os planos fique para o começo do ano de 2020. Ficou acordado que os gestores irão reunir os pareceres das comissões para redigir a nota técnica sobre a situação da FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Lúcia convidou o conselheiro Agnaldo a compor o grupo, devido à impossibilidade da conselheira Juçara em participar. Foi sugerido que na Plenária Ordinária do CEDICA, dia 17 de dezembro, fosse realizado o fórum de discussão. A minuta da programação do evento será realizada e apresentada pela conselheira Simone na Plenária Ordinária do mês de novembro. **Sobre o Power Point orientador sobre os COMDICAs e Conselhos Tutelares:** Marta informou que os gestores sugeriram diminuir a quantidade de slides para formação e transformar o material realizado pela conselheira Lisiane em uma apostila. Lisiane informou que após a finalização do material será necessário um momento de capacitação dos conselheiros, para que todos possuam conhecimento sobre a temática. Encaminhar aos municípios que solicitarem capacitação a informação que o CEDICA estará disponível para formação a partir do mês de março de 2020. Nada mais havendo a constar, eu Thanise Falcão, lavrei a presente ata, que subscrevo com a presidente.

Thanise Falcão
Secretária do CEDICA/RS

Lúcia Flesch
Presidente do CEDICA/RS